

Inpe desloca-se para órbita irregular

Pode um instituto de pesquisa financiar empresas privadas?

E pode esse instituto financiar empresas em concordata? E mais: pode esse instituto se dispor a cumprir um acordo internacional apenas se for favorecida certa empresa privada não prevista no próprio acordo?

Essas e outras questões estão sendo levantadas pelos que estudam e acompanham as atividades espaciais do país, após a leitura da entrevista de Márcio Barbosa, diretor geral do Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe, de S.J. dos Campos, subordinado à SCT), à *Folha de S. Paulo* de 16/4, pág. F-4.

Afirmou Márcio: "Se a Embraer disser que eu preciso injetar US\$ 15 milhões na Órbita para ela se capacitar no controle de atitude dos satélites, eu injeto." Declarou também: "Se disser que eu preciso aplicar US\$ 10 milhões para a Avibrás aperfeiçoar sua capacidade em antenas, eu aplico." Disse, ainda, segundo a *Folha*, que a quantia de US\$ 1,5 milhão, devida pelo Brasil à China como parte do acordo de janeiro de 88, só deve ser paga se esse dinheiro for "para a Inscom", *joint-venture*

formada pela Avibrás, empresa privada brasileira, com empresa chinesa, em junho de 89, com sede na Europa.

Em concordata

Como se sabe, a Órbita, estatal criada pela Embraer e Engesa em janeiro de 87, pediu concordata preventiva no mês passado e a Avibrás, que já esteve entre as maiores empresas exportadoras de armamentos, fez o mesmo em janeiro deste ano. Elas já concorreram entre si e entraram em decadência com a paz entre Irã e Iraque e as negociações diplomáticas no Oriente Médio.

Outra pergunta inevitável: é atribuição do Inpe salvar e reconverter indústrias bélicas que perderam mercado?

A *Folha* anuncia que Márcio

está "com a mão na torneira dos US\$ 50 milhões", previstos no Plano Nacional de Atividades Espaciais 1990-2005, da Comissão Brasileira de Atividades Espaciais (Cobae) e do Inpe, que ainda precisa ser avaliado em reunião plenária da própria Cobae. A seguir, "restará apenas a aprovação do presidente Collor".

E o Congresso?

Como se podem estabelecer planos e despesas sem passar pelo crivo dos deputados e senadores?

Tudo é muito estranho e questionável. Para esclarecer devidamente fatos de tamanha gravidade, alguns pesquisadores do próprio Inpe consideram que a Comissão de C&T da Câmara deve examinar o caso sem mais demora.